

O QUE FAZER QUANDO '2+3' NÃO É IGUAL A '3+2': A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA DAS  
CONSTRUÇÕES SIMÉTRICAS EM LÍNGUA NATURAL

Rodolfo Ilari  
(UNICAMP)

Ao mandar para os organizadores do nº 9 de Ensaio de Linguística meu "Do(i)s problemas de imperfeita simetria" (este era o título original), eu tinha apenas duas certezas: 1) a de ter posto a mão, talvez por acaso, num problema linguístico rico de implicações e 2) a de ter deixado o problema em aberto.

O problema era o de explicar a singularidade de diálogos como (1),

(1) Locutor A : - (1a) Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo

lo

Locutor B : - (1b) Não,

(1c) Ele é que trabalha na mesma sala que eu.

singularidade que caracterizei como segue: (1b) nega (1a) e imediatamente (1c) acrescenta algo que equivale a (1a); por conseguinte, na resposta do locutor B os falantes deveriam perceber uma contradição e apontar um nonsense.<sup>1</sup> Ora, os falantes não só não percebem nonsense, mas acham que a resposta é perfeitamente significativa, e ainda reconhecer nela uma boa dose de argúcia. Meu texto mostrava que poderos incorrer em perplexidades análogas toda vez que a oração comporta um predicado simétrico (segundo Reichenbach, predicados tais que a ordem se inverte sem alterar as condições de verdade da oração" 'Pedro trabalha-na-mesma-sala-que Paulo', 'Pedro é-parente-de Paulo', 'Pedro igual-a-em-inteligência Paulo'), classe na qual deve incluir-se o verbo ser de identidade ('A Verinha Ferreira foi a rainha do Carnaval de Louveira de 1977), e fazia algumas tentativas de explicação. O problema ficava em aberto precisamente porque em todas essas tentativas eu me dava conta de ter chegado a um impasse.

Meu texto estimulou uma longa reflexão por parte do Prof. Kanavillil Rajagopalan, que a ele respondeu com "Quando '2+3' não é igual a '3+2': a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural". O texto do Prof. Rajan propõe-se como problema o mesmo diálogo (1): adotando um enfoque teórico parcialmente diferente, constrói uma solução que se apóia numa argumentação alentada. Como, no texto anterior, eu não tinha propriamente defendido nenhuma proposta, o sentido geral do dele não é de refutação; mas seu texto tem um forte sentido de crítica, quando

afirma que existiam soluções e que eu as deixei escapar, e quando atribui essa falta de perspicácia ao fato de que utilizo uma concepção excessivamente estreita de linguagem.

Que deixo às vezes escapar as soluções depois de ter formulado os problemas é, infelizmente, um pecado capital em que sou réu confesso. Admito minha culpa e acrescento: se eu durar mais algum tempo, não será a última vez. Dito isso, as únicas afirmações do Prof. Rajan que vejo necessidade de rebater - porque relevam um equívoco de sua parte - dizem respeito à minha análise da frase

(2) A cara são estas poucas palhas.

na qual eu mostrava, sempre naquele artigo de 1983 (aqui republicado), que cara e palhas não estão no mesmo caso semântico. Sua leitura do meu argumento é uma caricatura: o leitor que julgue<sup>2</sup>. Excetuada essa passagem, porém, sua leitura é extremamente cuidadosa e as observações que ele vai registrando são particularmente instigantes; por isso meu papel não será o de quem rebate uma refutação, mas de quem, ao ver que o colega lhe relata uma longa reflexão supostamente bem sucedida, se pergunta se vale a pena acompanhá-lo em todas as etapas. O Prof. Rajan diz ter uma solução óbvia para o quebra-cabeça lógico-linguístico do diálogo (1): perguntero-nos se a solução é tão óbvia como parece, e se ela tem as implicações que o Prof. Rajan aponta.

No essencial, a solução proposta pelo Prof. Rajan corresponde aos quatro passos seguintes:

(2) a) (1b) é um denegação

b) Toda denegação é um enunciado metalinguístico

c) Em enunciados metalinguísticos a forma é sempre relevante

d) As diferenças de forma entre (1a) e (1c) são relevantes no sentido de que as duas orações, embora descrevam um mesmo fato, o fazem orientando para dois roteiros de interpretação distintos. Tanto (1a) como (1c) fazem referência aos indivíduos Paulo e C.S. e à sua convivência por motivos profissionais numa mesma sala de repartição pública; mas (1a) trata Paulo como um elemento que não se destaca do fundo e destaca C.S. como figura; em (1c) dá-se o oposto.

Fica explicado dessa forma que os falantes não percebiam nenhuma contradição entre as duas partes da resposta do locutor B (o que seria inevitável se a negação incidisse sobre o valor de verdade de (1a)); explica-se também porque constata-se entre (1a) e (1c) uma diferença relevante. Dada esta explicação, mais do que plausível, para o "quebra-cabeça lógico linguístico" do diálogo (1), o Prof. Rajan procura explorar suas conseqüências teóricas, e se avalio bem há duas conseqüências teóricas principais:

(3) a) A diferença relevante entre (1a) e (1c), impossível de ser captada no nível de descrição em que se registram as condições de verdade das duas orações, é localizada no nível das "representações" ou dos "roteiros de interpretação", e esse nível é pragmático;

b) nesse nível, será possível registrar para (1a) e (1c) duas diferentes

formas lógicas que são obviamente equivalentes quanto a condições de verdade; mas que por se associarem a diferentes "roteiros de interpretação" mostram que as duas orações são pragmaticamente distintas.

As proposições que compõem a argumentação acima não são igualmente convincentes. Que em toda comparação de enunciados que se faz com objetivos metalinguísticos a forma seja relevante me parece indiscutível; afinal, numa perspectiva metalinguística trabalha-se com enunciados citados, e nas citações se trabalha precisamente com a forma. Que toda denegação tenha num primeiro momento um propósito metalinguístico também me parece irrecusável: o Prof. Rajan define as denegações como enunciados de propósitos metalinguísticos, portanto eles o são por definição. A questão que se coloca é, salvo engano, se faz sentido distinguir negações linguísticas e metalinguísticas, e como saber, em casos particulares, se o advérbio não nega ou denega.

Do texto do Prof. Rajan se depreende que todo não que aparece no diálogo em condições semelhantes a (1b) realiza um ato de denegação; em outras palavras, pronunciar um não em diálogos semelhantes equivale a dizer "alto lá, companheiro, você não tem o direito de dizer '...', onde as reticências devem ser preenchidas pela citação ipsis verbis daquilo que o interlocutor disse no turno anterior. Cito aqui, de passagem, a surpresa que me causou a recusa do Prof. Rajan em tratar esse não denegatório de anafórico: deve ser por algum motivo que não compreendo ou por alguma preferência terminológica que não compartilho; para mim esse não tem um papel muito próximo ao assim de "O Chalaça era chamado assim por ser dado a gracejos de mau gosto"; não vejo nenhum mal em falar de anáfora para esse caso e outros semelhantes. Mas voltemos à questão principal.

O locutor que denega tem que justificar sua denegação e para isso, segundo Rajan ele tem à sua disposição duas linhas de justificação distintas: a) mostrar que o enunciado do primeiro locutor era falso, ou seja, negar seu conteúdo proposicional; b) mostrar que o enunciado do primeiro locutor, embora verdadeiro, não é exato, e precisaria ser enunciado de outro modo. É claro que o papel denegatório do não fica mais fortemente ressaltado quando o segundo locutor propõe uma justificativa que não põe em questão o valor de verdade do enunciado do primeiro, como é intuitivamente o caso do diálogo (1); quando a justificativa proposta pelo segundo locutor questiona o valor de verdade do enunciado do primeiro, é menos evidente que a análise do não como denegação seja necessária: o não poderia ainda ser visto, sem prejuízo, como tendo o papel de anáfora e inversão de sinal de que falei em meu artigo de 83; comparem-se, a este respeito, os diálogos (1) e (4):

(4) Pedro foi ao cinema?

Não, não foi (ou: Não, ficou em casa).

Também me parece provável que a falsidade do que foi dito no primeiro turno seja o motivo standard para dizer não num diálogo: é certamente como negação (e não como reificação metalinguística) que se interpretam os diálogos ser o segmento "c":

(5) Locutor A : - (5a) Pedro foi ao cinema?

Locutor B : - (5b) Não.

(5c) 0

Estas, contudo não me parecem objeções insuperáveis no enfoque do Prof. Rajan.

Procureremos pois tirar todas as conseqüências de encarar o não dialógico como realizando sempre um ato de denegação. Uma dessas conseqüências é que, se houver segmento c no diálogo, ele será sempre encarado como aquele que traz as "razões para denegar a"; e a questão de saber se essas razões visam ao conteúdo proposicional de a ou à maneira de expressá-lo se traduzem então na questão de saber se a e c são não equivalentes. Não há como recusar a importância desse confronto no enfoque defendido pelo Prof. Rajan, onde se mostra com toda a clareza que o não não opera sobre os segmentos a e c, mas apenas alerta para seu contraste.

Até onde vai a sinonímia, no caso particular de (1a) e (1c)? Em que consiste o contraste? Segundo o Prof. Rajan, os dois enunciados têm as mesmas condições de verdade; portanto a diferença - é indispensável que haja alguma diferença para que possa haver justificativa do não denegatório e retificação - é buscada como vimos num nível em que não interessam as condições de verdade, e sim o roteiro através do qual os dois enunciados são interpretados. Entra aqui a afirmação de que ao interpretar enunciados como (1a) e (1c) o falante é levado a representar um fundo e em seguida a destacar sobre esse fundo uma figura (fundo e figura, aqui, são tomados obviamente no sentido que lhes dá a Gestalt); e que (1a) e (1c) se distinguem porque (1a) trata respectivamente como fundo e como figura CS=você e Paulo; e vice-versa para (1c).

Para que essas afirmações pudessem ser de todo convincentes, precisariam estribar-se em evidências colhidas alhures. Há uma reflexão nesse sentido, mas seus resultados me parecem magros. O Prof. Rajan faz um grande esforço para mostrar que, ao interpretar qualquer enunciado, poderemos optar por uma clave dinâmica, representando as situações como algo que evolui e nas quais os participantes são mais ou menos ativos, ou numa clave estática, na qual atenderemos apenas para os resultados da ação. Acho esse esforço meritório, e aceito como válido o seu principal resultado, mas não entendo o que tem a ver com a oposição fundo/figura e com os diferentes mapeamentos que se podem fazer do fundo e da figura com os conteúdos dos enunciados. Salvo engano, o Prof. Rajan se deixou fascinar pelas múltiplas aplicações a que se presta a noção de dinamismo, e a aplicou em dois níveis (meta-)linguísticos distintos.

Seja como for, a noção cujo uso me parece mais promissor ainda é a oposição fundo/figura. Para que ela possa ser empregada na explicação do contraste de (1a) e (1c) será necessário esclarecer as implicações psicológicas de tratar algo como fundo ou como figura; será necessário provar que as noções de fundo e de figura não estão sendo importadas em lingüística como "artigo de luxo", isto é, que são independentemente necessárias; e sobretudo será preciso formular de maneira mais exata as regras de mapeamento entre fundo e figura, de um lado, e as marcas que lhes correspondem, de outro, no plano da expressão. Não duvido que esse trabalho possa ser

feito, e que possa levar-nos a descrever o contraste de (1a) e (1c) como caso particular de uma regularidade mais ampla.

Mas, precisamente por acreditar que esse trabalho é possível e que nos levará a bons resultados, dou-me o direito de permanecer fleugmático diante das reflexões metateóricas ao cabo das quais o Prof. Rajan advoga um enfoque pragmático radical como única salvação possível para fatos de língua como o diálogo (1).

Não contesto que a visão mais abrangente dos fatos da língua é pragmática, que a semântica e a sintaxe adotam perspectivas mais redutoras e que às vezes a perspectiva maior é necessária para a compreensão adequada deste ou daquele fenômeno. Também não tenho nenhum parti-pris contra os adeptos da pragmática (quando fazem análise pragmática e não simplesmente veiculação de slogans). Acho porém que os adeptos da pragmática desservem sua ciência quando lhe atribuem tudo; em outras palavras, penso que é mais útil afirmar que determinado fenômeno é pragmático significando "não há como explicá-lo nos níveis mais específicos da sintaxe e da semântica" do que significando vagamente "é um fato de língua que me intriga". Em outras palavras, penso que as noções de semântica e sintaxe servem - ainda - para marcar limites qualitativos: os limites até onde vai uma certa metodologia, a mostrar que estamos lidando com uma certa ordem de fatos.

Vendo o diálogo (1) nessa perspectiva, um resultado importante da análise do Prof. Rajan é o de ter mostrado que o não exprime um ato de denegação com a consequência de que se interpreta o que segue como um retificação, inicialmente metalinguística. Mas uma vez feita esta constatação, o próximo problema é o de comparar dois enunciados e de estabelecer até onde vai sua sinonímia, para saber se a retificação incide ou não sobre o conteúdo proposicional. É bem verdade que as noções mais tradicionalmente utilizadas para falar de semântica da oração (transitividade, diátese etc.) não são aqui de grande valia, e que é necessário recorrer a noções menos definidas, como a de fundo e figura (que utiliza o Prof. Rajan) ou de proeminência (que eu utilizei, com papel intuitivamente semelhante). Mas se a expressão "maneira de apresentar um referente" conserva alguma utilidade e pode ser aplicada a enunciados, penso que deve abranger esses aspectos. Lembro que era essa a definição de sentido dada por Frege, e que para Frege o sentido (em oposição à representação) deve abranger todas as propriedades significativas de uma expressão (ou construção) que gozem de reconhecimento intersubjetivo.

O fenômeno analisado tem ou não caráter intersubjetivo? Essa é a pergunta que se deve fazer para saber se um determinado fenômeno pode ser analisado semanticamente ou não, e a resposta, para os meus casos de imperfeita simetria é afirmativa. É verdade que não cabe à teoria linguística a incômoda tarefa de decidir se a beleza da Vênus de Milo é mais exemplar que a de Marta Rocha, como também é verdade que a escolha de parâmetros para as comparações que fazemos se baseia em fatores de atenção, convivência e cultura para os quais não há tabela universalmente válida: efetivamente a escolha de modelos para a comparação nada tem de intersubjetivo e não pode ser enquadrada na noção de sentido que defendi acima<sup>3</sup>. Mas o que está em jogo

nesse caso não são os indivíduos que se comparam, e sim o esquema gramatical que permite a comparação; está em jogo, por exemplo, o fato de que ao dizer qualquer frase com o esquema (6)

(6) não, A é que  $\left[ \left( (R) \quad B \right) \right]$   
pred.simétrico

o termo A funciona como o elemento superveniente que é comparado, e B funciona como o termo de comparação estável, e que isso ocorre de maneira sistemática, como uma propriedade regular da construção.

Descrever essa regularidade, que não me parece nem mais nem menos bissexta do que outras, para mim é fazer semântica, e o empenho com que o Prof. Rajan procura colocá-la na alçada da pragmática me parece tão inútil quanto a iniciativa do farmacêutico na história que os passageiros do P6 costumavam contar entre a Várzea Paulista e a Lapa, na década de '60. O P6 era um trem de Santos-Jundiaí que saía da terra da uva às 6 e 38, e a história era a respeito do fanhoso que chega à farmácia para comprar um remédio, mas não consegue ser compreendido. Para ajudar, o farmacêutico manda chamar um de seus empregados, também fanhoso, que trabalha no laboratório dos fundos. O segundo fanhoso vem, compreende o nome do remédio e tenta dizer, mas ninguém entende. Nas conversas de P6, esta historinha tinha ganho um sentido emblemático, que poderia ser expresso pelo título "Da ilusão de ter resolvido um problema que foi apenas transferido / reformulado".

Recolocando o problema no nível semântico, talvez alguém queira saber minha opinião a respeito da sinonímia entre (1a) e (1c): há ou não alguma diferença de sentido entre essas duas construções? Sim, há, e tem evidentemente a ver com a presença do "expletivo" é que e com a inversão sintática que aí se opera ("Eu trabalho na mesma sala que Paulo" / "O Paulo trabalha na mesma sala que eu"). Por que essa diferença de sentido fica tão atenuada em um diálogo como (7), quando se comparam as possíveis respostas de B,

(7) Locutor A : - Você conhece o Paulo?

Locutor B : - Sim, trabalho na mesma sala que ele

(como você vê, tenho boas razões para conhecê-lo)

- Sim, ele trabalha na mesma sala que eu

(como você vê, tenho boas razões para conhecê-lo)

- Sim, ele é que trabalha na mesma sala que eu

(=ele é a pessoa a respeito da qual tenho falado a você como colega de sala, e de quem você já sabe tantas fofocas; como você vê, tenho boas razões para conhecê-lo)

é um grande mistério, que talvez possamos começar a esclarecer lembrando que muitas vezes assertamos nossos enunciados pensando não no seu sentido literal (que nem por isso deixa de existir, e é função da forma dos enunciados) mas nos seus entailments: dois enunciados com sentido literal não equivalente poderiam ser intercambiáveis em certos contextos porque têm em comum um mesmo entailment, relevante naqueles contextos. Para a análise de diálogos como (1) e (7) precisamos, em suma, de uma boa caracte-

terização semântica de (1a) e (1c), condição necessária para estabelecer o que, do sentido desse enunciados, é efetivamente aproveitado no contexto dos dois diálogos.

É essa a direção em que eu buscaria explicações para o diálogo (1), depois de reexaminá-lo à luz das noções de denegação e justificativa (retificação) que constam da proposta do Prof. Rajan. O enfoque que estou propondo é parcialmente diferente daquele que apontei no artigo de '83 ao dizer:

"materiais lingüísticos com uma interpretação definida incorporam novos maticizes de significação quando os marcamos formalmente para isso";

essa frase precisa ser reformulada como segue:

"maticizes de significação que fazem parte da interpretação regularmente associada a determinados materiais lingüísticos como mostra uma análise semântica mais acurada, e que se neutralizam na maioria dos contextos, desempenhar um papel central na interpretação, em determinadas condições a precisar".

Da formulação de '83 para a atual há um passo, que foi dado na direção oposta a que o Prof. Rajan indicava como sendo o bom caminho. Devo agradecer a ele o interesse com que leu meu texto e seu questionamento minucioso e exigente, que me obrigou a tornar minha posição mais clara.

---

#### NOTAS

1. A análise do diálogo (1), tal como está exposta em meu artigo de 1983 é menos minuciosa; a resposta do locutor B é tratada, sempre, em bloco, embora eu tenha evidentemente consciência de que nesse bloco se distinguem duas partes, com funções diferentes. Devo ao Prof. Rajan ter distinguido mais explicitamente os segmentos (1b) e (1c), o que torna mais clara toda a discussão posterior.
2. No meu artigo de 1983, a passagem relevante vai da antepenúltima linha da página 111 ("Assim, exemplos como...) à antepenúltima linha da página 113 (... que os referentes mantêm com os casos semânticos presentes no frame"). (aqui, p.60 a p.61).
3. Penso que há, em toda língua, um repertório de personagens e situações que são tomadas, convencionalmente, como termos de comparação: trata-se de coisas como a Sé de Braga, que é sempre velha, os Afonsinhos e o Onça que pertencem sempre a um tempo bastante antigo, os cus de sapo que estão sempre por baixo, as gilletes no chão, que são sempre chatas, ou os paus de galinheiro que são sempre sujos. Quem quisesse defender que há na língua expressões que funcionam constantemente como modelo, deveria reportar-se a esse tipo de exemplos, e não aos nomes de Marta Rocha ou Vênus de Milo.